

POLÍTICA E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E SUA INSCRIÇÃO NA AGENDA DA LINGUÍSTICA APLICADA BRASILEIRA

Helena Vitalina Selbach
(UFSM)

NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TÍLIO, Rogério; ROCHA, Cláudia Hilsdorf (Orgs.). *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. 332 p.

O livro *Política e Políticas Linguísticas*, coeditado pela Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB) em colaboração com a Editora Pontes e organizado pelos professores Christine Nicolaidés, Kleber Aparecido da Silva, Rogério Tílio e Cláudia Hilsdorf Rocha, membros da diretoria da ALAB no biênio 2011-2013, apresenta discussões contemporâneas no âmbito das políticas de línguas a partir de “várias vozes, todas rigorosamente afinadas pelo mesmo tema” (LEFFA, 2013, p. 9). O tema “política e políticas linguísticas”, inscrito fundamentalmente no campo da Linguística Aplicada (LA), é abordado nos treze capítulos que compõem o livro por meio de relações estabelecidas com questões que estão (ou deveriam estar mais presentes) na agenda da área, como globalização, multilinguismo, pluriculturalismo, ensino de línguas (minoritárias e não minoritárias), letramento e formação de professores. *Política e Políticas Linguísticas* reúne, em 332 páginas, alguns trabalhos apresentados oralmente, no X Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada (CBLA), realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2013, cujo tema respondia ao “atual cenário político brasileiro e à[s] discussões sobre novas políticas públicas educacionais das quais a ALAB foi convidada a participar, no final de 2011” (NICOLAIDES *et al*, 2013, p. 11-12).

No primeiro capítulo de *Política e Políticas Linguísticas*, intitulado “Política linguística: do que é que se trata, afinal?”, Kanavillil Rajagopalan discute a (in)definição de “política linguística”, um termo “de múltiplas acepções” e frequente em discussões acerca do binômio “linguagem e política”. Rajagopalan (2013, p. 19-20) “procura[r] entender quais [as] suas peculiaridades enquanto (*sic!*) campo de saber e atuação e quais as disciplinas acadêmicas que podem contribuir para seu aprimoramento”. O

autor argumenta que política linguística se localiza no campo da ciência política, em seu sentido amplo (e não no da Linguística) e se constitui em uma arte (e não em uma ciência). Rajagopalan (2013, p. 21) busca “separar o que é da alçada do político nos assuntos relativos à linguagem do que é do domínio da ciência, ou de uma ciência da linguagem como a Linguística”. O autor ainda questiona, ao longo do capítulo, tanto o lugar do linguista como especialista (e, portanto, privilegiado) e como cidadão comum nas discussões e decisões sobre a política linguística de um país, quanto a sua participação no debate sobre a língua nacional. Rajagopalan (2013, p. 22-23) defende a tese de que: 1) “todos os cidadãos – sem exceção – (...) devem ter direito igual e irrestrito de opinar” e, uma vez compreendidos como agentes e, portanto, não assujeitados, têm “a última palavra” sobre políticas linguísticas, e 2) “a única forma de o linguista participar das discussões sobre a política linguística é na qualidade de linguista enquanto (*sic!*) cidadão comum”. Para tanto, discute o campo de investigação “política linguística” (um campo de ação eminentemente político e, dessa forma, de “intervenção em um dado *status quo*”) e seus interesses em oposição à “política da linguística” e à “linguística da política” na implementação de políticas de modo “de cima para baixo” (*top down*) ou “de baixo para cima” (*bottom up*).

Suresh Canagarajah, no capítulo “Navigating language politics: a story of critical praxis”, narra, a partir da perspectiva da práxis crítica de Pennycook (em oposição ao *modernismo emancipatório*, “objetivo” e “racional”), seu percurso como professor e pesquisador que, ao cunhar novos termos (emergentes de sua prática) para discutir suas realizações, constrói seus próprios paradigmas e a si mesmo como teórico. A política linguística é compreendida por Canagarajah (2013, p. 43) como processo, “uma forma da prática diária, não uma teoria ou política abstrata”. O autor narra a sua jornada por meio de três orientações (que não se excluem mutuamente) à política linguística: 1) a reprodução linguística, 2) o hibridismo linguístico, e 3) a negociação linguística. Canagarajah ressalta a necessidade de entendermos a política linguística e ideologias como construtos e de não sermos consumidores passivos de teorias.

No capítulo “Caminhos para a LA: política linguística, política e globalização”, Roxane Rojo trata de “política e não de espírito de corpo, ou de corporativismo” e discute os caminhos da e para a LA, retrospectiva e prospectivamente. A autora, ao rever o percurso da LA, aponta os esforços dos linguistas aplicados brasileiros, a partir dos anos 90, em definir o

campo que “nasce adjetivo” a partir de uma “ciência-mãe” e que possui a inter/trans/INdisciplinaridade (a aproximação do “mundo como ele é”) como uma de suas questões fundantes. O caráter de “aplicabilidade”, definidor da área (tomada pela autora como sinônimo de linguística crítica), impossibilita a existência de uma ciência disciplinar. Rojo (2013, p. 67 *apud* ROJO, 2006) apresenta o que compreende como sendo o objeto da LA: “problemas com relevância social suficiente para exigirem respostas teóricas que tragam **ganhos a práticas sociais e a seus participantes**, no sentido de uma melhor qualidade de vida, num sentido ecológico” (grifos da autora). Nessa perspectiva, Rojo, ao apresentar os elementos presentes nas formas “modernas” de fazer políticas públicas e linguísticas pelos linguistas aplicados (o corporativismo, a dependência do Estado e a participação política geralmente secundária e desvinculada da pesquisa acadêmica), relaciona-os aos “processos de globalização” de Boaventura de Souza Santos a fim de informar e alimentar ações políticas conscientes e mais estratégicas (como as práticas interestaduais e as práticas sociais e culturais transnacionais) por parte dos linguistas aplicados.

O capítulo “Observatório de políticas linguísticas no Brasil: metas para a Linguística Aplicada”, de autoria de Pedro M. Garcez, faz um balanço e traça perspectivas das discussões ocorridas no X CBLA. Garcez (2013, p. 81), ao elencar “algumas das instâncias e ações [de políticas linguísticas] dentre as que tiveram e têm repercussão e envolveram (...) a participação de linguistas aplicados como agentes”, aponta (p. 84-85) “a escassez de estudos sistemáticos e a ausência de linhas de pesquisa consolidadas para o estudo de políticas linguísticas propriamente ditas no âmbito da nossa pós-graduação” em relação à “grande profusão de ações dispersas entre os organismos e pouca informação dos linguistas aplicados acerca dessas ações, que se inscrevem no âmbito da Linguística Aplicada”. O autor ilustra a sua participação e a de colegas linguistas aplicados (reativa e por vezes despreparada para o debate público) em circuitos de políticas linguísticas por meio da “polêmica do livro didático de EJA” de 2011, a fim de advogar uma resposta “mais precoce, informada, preparada, articulada, informativa, profissional, e *institucional*, no caso de uma sociedade científica” (p. 89, grifos meus) dos linguistas aplicados em circuitos de políticas linguísticas. A proposta de Garcez recai sobre a própria participação dos linguistas aplicados, que deixaria de ser individual para ocorrer de forma institucional, “**como associação de linguistas aplicados do Brasil**” (p. 90, grifos do autor) no debate público do pla-

nejamento linguístico e das políticas públicas. Para atingir tal objetivo, Garcez retoma as sugestões que fez na ocasião da mesa-redonda do IX CBLA, dentre as quais estão “a criação de um observatório de políticas linguísticas” (*Idem*).

Cléo V. Altenhofen (2013, p. 93), no capítulo “Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil”, trata o tema (“as motivações e configurações das políticas linguísticas no que se refere a línguas minoritárias”) a partir de “diferentes vozes [como a do linguista e a da comunidade de fala] e perspectivas de análise do contexto brasileiro”. Altenhofen (2013, p. 93) propõe “uma base de orientação [política linguística de línguas minoritárias faladas no Brasil] que permita consolidar ações de salvaguarda e promoção efetivas. Altenhofen (2013, p. 94) discute o conceito de “língua minoritária” dentre as diferentes designações existentes para “línguas que existem à margem (ou à sombra) de uma língua dominante” e aponta o “*status* político” – dinâmico e variável – (mais do que a “representatividade numérica” ou o “*status* social”) como critério central para esse conceito. Altenhofen (2013, p. 99), ao retomar sua proposta (realizada em coautoria com Ingrid Broch) de construção de uma “pedagogia do plurilinguismo”, defende que uma política linguística (em sentido amplo) para línguas minoritárias possua uma abordagem transdisciplinar e intercultural que contemple “a salvaguarda da diversidade linguística” e “o fomento da pluralidade linguística” para a qual a educação linguística da cultura majoritária é fundamental. Altenhofen (2013, p. 112), ao se questionar sobre “o que é preciso para mover a ação [de promoção da diversidade e pluralidade linguísticas]?”, propõe investimento em “projetos de conscientização linguística” (*language awareness*).

O capítulo “Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil”, de Terezinha Machado Maher (2013, p. 118), discute a construção do mito do monolinguismo brasileiro a partir de discursos que remetem ao Antigo Testamento (a construção da Torre de Babel) e à Revolução Francesa (seu conceito de Estado-Nação), e apresenta “algumas iniciativas [governamentais e/ou da sociedade civil] que vêm tentando reverter (...) o quadro de invisibilidade em que se encontram essas línguas [minoritárias brasileiras]”, como a criação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística e o curso de pós-graduação *latu sensu* do Instituto Nacional de Educação de Surdos em Palhoça, por exemplo. Maher (2013, p. 119-120) posiciona-se quanto ao termo “Política Linguística” (“estabelecimento de objetivos (sócio) linguísticos” e “aos modos de con-

cretização dos mesmos”), apontando sua relação com políticas de identidade e sua “inequívoca conexão com relações de poder”.

Luis Enrique López, no capítulo “Desconexiones entre retórica y práctica en la educación intercultural bilingüe indígena en latinoamérica”, ao apresentar dados que afirmam a América Latina como “uma das áreas linguística e culturalmente mais diversas do mundo” (2013, p. 135), aponta as “distâncias crescentes entre políticas públicas de diversidade e interculturalidade na educação e sua aplicação em escolas e aulas” e também “alguns sinais de avanço e de redefinição conceitual que poderiam contribuir para fechar as brechas existentes” (LÓPEZ, 2013, p. 168, tradução minha). O autor faz uma revisão histórica e crítica do bilinguismo e da interculturalidade na educação e discute modelos vigentes de educação bilingue na América Latina. Para além da planificação para as populações indígenas, o caminho das políticas linguísticas com vistas a uma formação cidadã, advoga o autor, passa pela construção de propostas advindas das perspectivas dessas populações.

O capítulo “Ensino do espanhol no Brasil: uma (complexa) questão de política linguística”, de autoria de Xoán Carlos Lagares (2013, p. 181), ao refletir sobre os conceitos de *policy* e *politics*, localiza e discute o segundo na tradição sociolinguística e na sociologia da linguagem, relacionando-o a “planejamento linguístico”: “uma mudança “deliberada” na língua que, por sua vez, deve levar em conta o “porquê”, o “como” e o “quando” (e não apenas o “que”). Lagares (2013, p. 183-184) apresenta a perspectiva da “glotopolítica” para “abordar os interesses implicados, as [suas] dificuldades de concretização e as ideologias linguísticas subjacentes” à oferta obrigatória da disciplina de língua espanhola no Ensino Médio brasileiro a partir da “aprovação e *teórica* implementação da lei 11.161/2005” (grifos meus). O autor problematiza os projetos – em oposição direta – de ensino de língua e integração regional e de consolidação e expansão da Língua Espanhola, sobre os quais os linguistas aplicados devem ter consciência e se posicionar.

Telma Gimenez discute “A ausência de políticas para o ensino da língua inglesa nos anos iniciais de escolarização no Brasil” com base na abordagem do ciclo de políticas de Ball e seus contextos de 1) influência (mercado), 2) produção de textos (documentos oficiais e comunidade acadêmica) e 3) prática (como a formação de professores). Gimenez (2013, p. 201) problematiza as consequências da ausência dessas políticas para o ensino e a aprendizagem de línguas em nosso país, especialmente

relevante para o contexto de prática que envolve a política linguística de formação de professores de línguas. A autora, ao indicar a falta de articulação entre instâncias como os fóruns estaduais permanentes e a comunidade acadêmica, aponta a produção de textos “que estabeleçam a relação com o contexto de influências” como uma necessidade advinda do contexto de prática. Gimenez (2013, p. 216), ao apontar a academia como “um importante ator no processo de realização de políticas enquanto (*sic!*) textos e enquanto (*sic!*) práticas”, faz um chamamento necessário à mesma: o de intervenção, de “assumir um papel mais ativo nesses três contextos” [de influência, de produção de textos e de prática da abordagem de Ball].

Walkyria Monte Mór (2013, p. 220), no capítulo “As políticas de ensino de línguas e o projeto de letramentos”, “discute [(re)orientações] as políticas do ensino de línguas e da formação do professor de idiomas na educação formal ao longo dos tempos”, avaliando as teorias de letramentos como possibilidades para a “realização ou consolidação de um ensino e de uma formação de qualidade” e para “a prática de uma educação socialmente mais inclusiva”. A discussão da autora envolve a inclusão do tema “política e políticas linguísticas” na agenda dos professores (e de sua formação), o debate sobre a influência de projetos bilíngues norte-americanos nas políticas brasileiras, bem como a questão do profissionalismo docente para as expectativas e necessidades de uma educação local.

Ruberval Franco Maciel (2013, p. 239), no capítulo “Políticas linguísticas, conhecimento local e formação de professores de línguas”, discute “a interface [discrepante] entre as políticas linguísticas [nas esferas estadual e federal] e a formação de professores de inglês com base em documentos legais”. A discussão sobre a complexa relação entre as políticas linguísticas, como as orientações curriculares oficiais, e a implementação dessas propostas (que passam por processos de interpretação, negociação e (re)construção) é articulada com dados de pesquisa colaborativa crítica, realizada por Maciel com professoras de escolas públicas.

Vera Lúcia Menezes Oliveira e Paiva, no capítulo “Políticas de credenciamento e credenciamento de professores em programas de pós-graduação em linguística aplicada, *publish or perish*”, discute o sistema de pós-graduação brasileiro em relação ao sistema de avaliação da CAPES (e seus padrões de qualidade). A autora discute ainda as políticas de publicação recomendadas pela CAPES como as que preveem coautoria entre orientandos e orientadores (e questões que derivam dessa política:

autoplágio e falsas coautorias, por exemplo) e que, contraditoriamente, vão de encontro às políticas editoriais de revistas brasileiras de *Qualis* A1.

Por fim, Christine Siqueira Nicolaides e Rogério Casanovas Tilio, no capítulo “Políticas de ensino e aprendizagem de línguas adicionais no contexto brasileiro: o caminho trilhado pela ALAB”, situam a discussão das políticas linguísticas no contexto de ensino de línguas adicionais na escola e problematizam o tratamento tímido conferido às políticas linguísticas por parte dos linguistas aplicados. Nessa perspectiva, os autores abordam o papel que vem sendo desempenhado historicamente pela ALAB como “protagonista de políticas de ensino de línguas” (p. 286). Nicolaides e Tilio (2013, p. 286) discorrem ainda sobre o papel do programa *Ciências sem Fronteiras* no processo de internacionalização das universidades federais e o papel da ALAB na “implementação de novas políticas no sentido de aprimorar o ensino de inglês na rede pública”.

Política e Políticas Linguísticas apresenta o diálogo constante, problematizador e inquietante de seus autores com a proposta do X CBLA que, ressaltando “o papel implicado, situado e engajado [da Linguística Aplicada] nas diferentes esferas sociais” (X CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGUÍSTICA APLICADA, 2013), propôs um debate sobre a necessidade de implementação de um espaço para a discussão – ampla – sobre política que extrapola questões de políticas linguísticas e inclui a comunicação da ciência nos diferentes domínios discursivos: “formas de melhor divulgar o conhecimento construído na área”, cujas estratégias políticas de desenvolvimento são papel do linguista aplicado (X CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGUÍSTICA APLICADA, 2013). A leitura da obra é, portanto, essencial para a compreensão dos debates contemporâneos que são definidores da área e que são constitutivos da identidade do linguista aplicado brasileiro.

Recebido em: 31 de janeiro de 2016

Aceito em: 30 de maio de 2016